

As implicações do capitalismo na educação

Gláucio Jorge de Souza¹

Érica Barbosa Joslin²

RESUMO

O Capitalismo, como sistema econômico, passou por mudanças que afetaram diretamente o cenário social, com repercussão em praticamente todos os planos, tais como: ideológico, ético-político e educacional. Especificamente no campo educacional a influência do capitalismo despertou no País o interesse pela busca de um melhor ensino para os filhos. Este trabalho é uma revisão de literatura e reúne textos que abordam a temática do Capitalismo para aprofundar a análise do tema e estimular discussões a respeito da Crise do Capitalismo no final do Século XX e suas implicações na educação. Para tanto, optou-se por realizar um levantamento da literatura, tanto em base de dados online e como nos Clássicos da Literatura. A educação deve ser compreendida como um direito, mais especificamente como direito ao desenvolvimento integral de todos. Acreditamos que este trabalho possa contribuir para uma maior compreensão do tema, bem como para a identificação das lacunas e desafios a serem enfrentados neste campo. Considerando a importância do tema esperamos que esta pesquisa possa otimizar debates e discussões, na perspectiva de aprimorar a atenção e, com isso, contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas de promoção do desenvolvimento integral do ser humano, tendo como base a educação.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo. Educação. Desenvolvimento Humano Integral.

ABSTRACT

Capitalism, as an economic system, underwent changes that directly affected the social scene, with repercussions on virtually all plans, such as: ideological, ethical-political and educational. Specifically in the educational field the influence of capitalism has awakened in the country the interest in the search for a better education for the children. This work is a literature review and brings together texts that approach the theme of Capitalism to deepen the analysis of the theme and stimulate discussions about the Crisis of Capitalism in the late twentieth century and its implications on education. To do so, it was decided to carry out a survey of the literature, both in an online database and as in the Classics of Literature. Education must be understood with a right to the integral development of all. We believe that this work can contribute to a greater understanding of the theme, as well as to identify the gaps and challenges to be faced in this field. Considering the importance of the theme we hope that this research can optimize debates and discussions, with the perspective of improving the attention and, with that, contribute to the development of public policies to promote the integral development of the human being, based on education.

KEY WORDS: Capitalism. Education. Integral Human Development.

¹Doutorando em Planejamento Urbano pela UNIVAP com início 2017, Mestre em Desenvolvimento Humano pela UNITAU ano de conclusão (2015), Pós Graduação Lattes Senso em Cuidados Críticos /Cardiologia - Universidade do Vale do Paraíba UNIVAP (2008) e Docência para Enfermeiros pela Faculdade da Aldeia de Carapicuíba FALC (2009), Graduação em Enfermagem Bacharel - Faculdades Integradas Teresa D'Avila (2006). Atualmente atua como Docente no SENAC no Curso de Técnico em Enfermagem e Universidade Brasil no curso de Graduação em Enfermagem.

² Mestre em Direito das Relações Econômicas Internacionais pela PUC/SP. Especialista em Direito Público e Privado pela FDDJ/SP. Graduada em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo/Lorena. Diretora da Faculdade de Educação de Guaratinguetá (Grupo Universidade Brasil). Editora-chefe da Revista Ciência Contemporânea (RCC).

INTRODUÇÃO

O Brasil, como País em desenvolvimento, vem ao longo dos anos passando por transformações que por vezes resultam em profundas crises. O próprio Capitalismo, enquanto sistema econômico, tem passado por transformações se analisarmos seus contornos na perspectiva dos direitos, de modo que os atores sociais estão cada vez mais organizados na luta de classes, com reflexos nas próprias Instituições Jurídicas que regem as relações econômicas, inclusive os organismos internacionais que ordenam a economia mundial advinda do processo da globalização; ou mesmo da própria concorrência oriunda do padrão intercapitalista; dos mecanismos de intermediação financeira; ou ainda da forma de manifestação e superação de suas grandes crises.

Como se percebe ao longo dos anos o Capitalismo também passou por crises e essas crises afetaram o plano econômico, social, ideológico, ético-político e educacional dentre outros (FRIGOTTO, 2010). Tal acontecimento no campo educacional despertou no país o interesse pela busca de um melhor ensino para seus filhos.

No capitalismo a forma mais desenvolvida da atividade educativa, é a educação escolar. A educação é vista como um forte instrumento de emancipação desse sistema. Ao longo dos tempos a educação se desenvolveu, assumiu formas e conteúdos diversos, os quais foram organizados conforme as condições materiais de produção e reprodução da vida e da sociedade como um todo (MIRANDA, 2012).

A partir do momento em que o sujeito ingressa na escola ele passa a conviver diretamente com as regras, normas, desejos, anseios e objetivos estabelecidos pela sociedade, antes mesmo do seu nascimento. As escolas hoje vivem um momento de universalização, ou seja, globalização da educação, proporcionado por um sistema de ensino que, ao mesmo tempo que inclui, pode se tornar um modelo excludente (MIRANDA, 2012).

Na sociedade contemporânea a escola deve ser considerada escada que permite às pessoas subirem de condição financeira através do trabalho qualificado que conquista por meio dos estudos.

Frigotto (2010) participa deste debate afirmando que:

A educação no Brasil, particularmente nas décadas de 1960 e 1970, de prática social que se define pelo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, concepções de valores articulados às necessidades e interesses das diferentes classes e grupos sociais, foi reduzida, pelo economicismo, a mero fator de produção – “capital humano”. Asceticamente abstraída das relações de poder, passa a definir-se como uma técnica de preparar recursos humanos para o processo de produção. Essa

concepção de educação como “fator econômico” vai constituir-se numa espécie de fetiche, um poder em si que, uma vez adquirido, independentemente das relações de força e de classe, é capaz de operar o “milagre” da equalização social, econômica e política entre indivíduos, grupos, classes e nações (FRIGOTTO, 2010, p. 20).

O capitalismo é um sistema econômico pautado na geração de riquezas, sendo certo que a população é peça fundamental nesse processo, pois é a população que vai oferecer a mão de obra necessária ao giro econômico e à produção dessas riquezas, que no campo privado representa o lucro das empresas, e no público implica no desenvolvimento da nação. Uma característica do capitalismo tradicional é a concentração de riquezas nas mãos de um pequeno grupo de pessoas. Nesse modelo considera-se que qualquer pessoa ser empreendedor e, com isso, ganhar muito dinheiro. Porém, ser dono de um estabelecimento tem diversas implicações e custos que não são fáceis de suportar inicialmente, em especial por uma pessoa advinda da classe trabalhadora, que normalmente sobrevive de salário, o que torna difícil o acúmulo de capital (TEIXEIRA; SOUZA, 1985).

De acordo com Mandel (1981) o capitalismo divide a sociedade em duas categorias. De um lado temos os proprietários e donos de terras, máquinas e indústrias, que exploram a mão de obra dos trabalhadores. De outro lado temos o assalariado, conhecido como proletariado, que luta pela sua subsistência vendendo a própria mão de obra.

Diante dessa afirmativa o Instituto Ludwig Von Mises Brasil (2019) considera a importância da luta da população na tentativa de conquistar a liberdade. O autor afirma ainda que só assim a sociedade menos favorecida economicamente poderá vislumbrar sua própria civilização.

Diante deste cenário teórico, “tentar compreender adequadamente os dilemas e impasses do campo educativo hoje é, inicialmente, dispor-se a entender a crise da educação, no escopo mais amplo da crise do capitalismo” (FRIGOTTO; 2010 p. 74).

Diante do acima disposto a pesquisa objetiva discutir as implicações do capitalismo para compreendermos sua profundidade na área da educação.

1. MÉTODO

Este trabalho é de revisão de literatura reúne textos que abordam a temática do Capitalismo, traz análises e discussões a respeito da Crise do Capitalismo no final do Século XX.

Para Gil (2008, p. 50) “a revisão da literatura é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Essa metodologia possibilita a análise de um tema sob perspectivas já existentes, permite que se olhe o objeto estudado por diferentes ângulos, permitindo o levantamento de relações, diferenciações e contrapontos entre elas e, conseqüentemente, a elaboração de outros olhares e conclusões.

Após a delimitação do tema, foram selecionados materiais por meio de leituras prévias e seletivas, a partir das quais em primeiro momento foram realizadas leituras flutuantes objetivando a familiarização sobre o tema estudado, em segundo momento realizou-se leitura mais aprofundada, criteriosa, críticas e interpretativas com a finalidade de ampliar o entendimento, relacionar e confrontar ideias, ratificar ou retificar opiniões sobre o contexto atual do objeto proposto para se estudar.

Para tanto optou-se por realizar levantamento da literatura em bases de dados online e Clássicos da Literatura.

O critério de inclusão para seleção dos artigos foi artigos publicados em português, artigos e textos que discorressem sobre as temáticas deste estudo o Capitalismo e a educação.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPITALISMO SOB O PRISMA NACIONAL

Quanto ao plano educacional, analisaremos suas relações com as atuais políticas do Brasil nesse setor, considerando movimentos, cujo objetivo está em revolucionar, mudar o pensamento da sociedade, proporcionando transformações apoiando-se em pensamentos críticos com a finalidade de acabar com a liderança de uma sociedade tida como dominante. Como estratégias adotar e utilizar medidas que estimulem a razão e o conhecimento científico (SCHWARTSMAN, 2013).

Schwartzman, (2013) discorre sobre a teoria de Marx dizendo que, ele realizou comentários polêmicos sobre capitalismo afirmando que grande parte da sociedade não possuía liberdade para tomar suas próprias decisões. Considera necessário então mudar a relação entre o homem e o trabalho dando-lhe maior controle da situação aproximando-o de sua natureza (SCHWARTSMAN, 2013).

Deve-se considerar que as descobertas no campo da antropologia e da psicologia nos últimos tempos embora seja uma forma enganada de se pensar sobre o ponto de vista de que homem é considerado “tábula rasa”, ainda é passível de mudanças, com o objetivo de buscar melhorias nas condições de vida (SCHWARTSMAN, 2013).

De acordo com Hobsbawean (1992), Oliveira (1987), Frigotto (2010) o capitalismo hoje incorpora teses socialistas como: direitos sociais, de educação saúde, transporte, moradia, garantia de emprego e seguro desemprego que, na verdade são, direitos fundamentais de uma sociedade igualitária justa.

No entanto, milhares de pessoas experimentaram em seu corpo, diariamente a negação desses direitos humanos fundamentais e a destruição do ambiente, vivendo em condições sub-humanas. O trabalho educacional que não seja fortemente relacionado com profunda compreensão dessa realidade está em perigo de perder sua alma. As vidas de nossas crianças exigem mais que isso.

O que se preconiza atualmente é o princípio da igualdade, na perspectiva da equidade, considerado no contexto da diversidade. Desse modo, na sociedade devem ser priorizadas também políticas que atendam às necessidades de cada indivíduo e da população como um todo. Isso significa chances iguais de saúde, vida, trabalho.

Mas uma análise histórica nos leva ao fato de que o homem, em várias situações, foi retirado do campo onde plantava e colhia para sua sobrevivência e “empurrado” para os centros urbanos, um bom negócio para o emprego do capital. Tudo em nome do progresso.

Nos países que os grupos dominantes chamam de Terceiro Mundo, os trabalhadores migraram para a cidade. Tomaram suas magras posses e se mudaram para as favelas, sempre em expansão dentro e ao redor do único lugar que lhes oferecia alguma esperança de encontrar suficiente trabalho remunerado (também para as crianças) para que pudessem sobreviver (APPLE; 2008)

Só que nas favelas não havia, escolas, nem hospitais, nem infraestrutura. Tal situação é perversa não só para os adultos, mas principalmente para as crianças, que exigem políticas educacionais que as respeitem como seres em formação e não como elementos do mercado, Essas crianças devem ter possibilidade de se formarem como cidadãos atuantes no processo democrático para se tornarem adultos dotados de capacidade crítica e com oportunidades para contribuírem com eficiência na formação de uma sociedade menos cruel, menos excludente.

A má distribuição de renda fundamentalmente uma das principais causas de exclusão social. E se considerarmos a desigualdade de renda em termos absolutos o maior contingente de pobres encontra-se nas áreas urbanas: 38,7 milhões de brasileiros (BOSCHETTI; et al, 2009).

Tal situação está diretamente ligada ao analfabetismo, baixa escolaridade da população, precariedade da qualidade de ensino básico, tudo isso somado às elevadas taxas de

mortalidade infantil, mortalidade materna e mortalidade por causas externas, especialmente violência e questões de segurança (BOSCHETTI;et al, 2009).

Gramsci (2001) participa desse debate. Para ele existe uma deficiência de formação teórica, e mesmo a prática é muito limitada simplesmente à execução de tarefas mais ou menos delimitadas de acordo com a área escolhida para atuar, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos. Nessa análise, chega a considerar que a formação baseada exclusivamente no domínio teórico, a fim de preparar as elites para atuarem nos diferentes setores da sociedade, tornando-se dirigentes, pode elevar ainda mais os níveis de exclusão.

Gramsci (2001) afirma ainda que:

Pode-se observar, em geral, que na civilização moderna todas as atividades práticas se tornaram tão complexas, e as ciências se mesclaram de tal modo à vida, que cada atividade prática tende a criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas. Assim, ao lado do tipo de escola que poderíamos chamar de “humanista” (e que é o tipo tradicional mais antigo), destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber orientar-se na vida, foi-se criando paulatinamente todo um sistema de escolas particulares de diferentes níveis, para inteiros ramos profissionais ou para profissões já especializadas e indicadas mediante uma precisa especificação. (GRAMSCI, 2001, p. 32).

Na perspectiva de Gramsci (2001) o sistema educacional tenderia a uma perpetuação do sistema capitalista, vez que o autor enfatiza que haveria um esforço por parte dos capitalistas em diminuir e precarizar cada vez mais a formação dos trabalhadores. Partindo desses argumentos do autor, o ensino médio no Brasil teria o intuito de preparar para o ensino superior; enquanto a educação profissional técnica de nível médio se preocuparia em formar indivíduos com habilidades que atendesse às necessidades imediatas e específicas do mercado de trabalho. Assim, a educação profissional técnica de nível médio caberia à formação para atender às necessidades imediatas do mundo do trabalho e não à emancipação humana.

Acreditamos que a educação deve ter por objetivo precípua o desenvolvimento integral do ser humano. Nessa perspectiva, antes de se chegar à análise da preparação de mão de obra qualificada para o trabalho, cabe ao Estado garantir formação de base às crianças em fase de formação, desde a Educação Infantil até o fim da Educação Básica, cujo ciclo se encerra no nono ano, quando a pessoa está na faixa etária dos dezessete anos de idade. No Ensino Médio, na faixa etária dos 15 aos 17 anos, existe a possibilidade de conciliação da formação de base com a formação técnica. Isso é importante para a nossa realidade atual, na

medida em que muitas famílias inseridas na linha da pobreza, ou mesmo abaixo dela, não conseguem suportar o sustento de todos os filhos sem sacrifício de outras necessidades básicas, de modo que a formação técnica dá ao jovem a oportunidade do primeiro emprego formal, e a família passa a ter mais uma fonte de renda para contribuir com as despesas do lar. Há que se considerar que o trabalho é condição básica e fundamental de toda a vida humana, e que a qualificação técnica é uma importante ferramenta de alavancagem econômica, sem descuidar da formação integral, pois não despreza a educação, mas concilia educação integral com as necessidades econômicas da família, para promoção da dignidade da pessoa humana.

3. AVANÇOS NO BRASIL QUANTO AO COMBATE À DESIGUALDADE

O Brasil avançou no combate a desigualdades nas últimas décadas. Na década de 90 no país a distribuição de rendas era considerada desigual, o que tornava o país o primeiro do ranking das nações no que se refere à má distribuição e a igualdade das classes (TABAK, 2013).

Há que se considerar, no entanto, que, recentemente, no Brasil, as políticas sociais aplicadas diminuíram o número de desemprego, houve um aumento de empregos em e, programas governamentais para suprir a falta de moradias estabelecem formas para a aquisição imóveis, o que têm surtido efeitos positivos relacionados às condições de sobrevivência e moradia da população menos desprovida.

O Brasil ainda perde para a maioria dos vizinhos na questão da pobreza. Pouco mais de 20% da população vive em situação de pobreza ou indigência, percentual maior do que no Uruguai, na Argentina, no Chile e no Peru. Costa Rica e Panamá também ficam a frente do Brasil, com menores percentuais na Taxa de Pobreza Urbana (TABAK, 2013).

Os índices de analfabetismo, embora ainda altos para um país considerado em desenvolvimento no mundo, mostraram melhoras.

Nesse sentido Boschetti (2009), refere que:

As diretrizes na construção da política social apresentam recomendações dos organismos internacionais. O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2006, do Banco Mundial, é explícito: a meta é a equidade, entendida como igualdade de oportunidades, de forma que respeite as liberdades individuais bem como o papel mercado na alocação dos recursos. O ex-presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz, considera que a ação pública deva visar a ampliar o conjunto de oportunidades para aqueles que têm menos voz e menores recursos e capacidades. Mas isso deve ser feito de forma que respeite e aumente as liberdades individuais, bem como o papel do mercado na alocação de recursos (BOSCHETTI, et al, 2009, pp. 39 – 40).

Na visão Freireana, o instrumento que com certeza muda a história dos educandos e da sociedade como um todo é a educação, principalmente quando se pretende oferecer ao indivíduo o direito de conquistar uma vida digna, objetivando respeitá-lo como ser humano. Tal ferramenta propicia a transformação da sociedade, tornando-a mais justa, o que sem dúvida possibilita o exercício da cidadania. Para isso, é preciso que se assuma o compromisso de desenvolver o conhecimento (FREIRE, 1967).

Freire (1967) afirma não ser possível refazer o país, nem tampouco democratizá-lo, humanizá-lo e torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. O autor afirma que a educação tem o poder de transformar a sociedade, sem ela não há melhorias.

No Brasil existem programas de combate ao analfabetismo, embora ainda haja um número grande de pessoas no país que não sabem ler e escrever ficando evidenciado que a educação enfrenta crises.

4. A FRAGMENTAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL

Desde o chamado Golpe Militar, e, com mais ênfase nos anos 90, os processos de fragmentação do sistema educacional e do conhecimento escolar, potencializam-se, de um lado pela cultura de caráter escravocrata, colonialista e feudal das elites e, de outro, pelo avanço do pós-modernismo, ideologia específica de neoliberalismo (Chauí, 1993 p 75). O neoliberalismo se põe como uma alternativa teórica, econômica, ideológica, ético-política e educativa à crise do capitalismo no final do século XX (FRIGOTTO, 2010, p 75). Uma alternativa que deriva do ‘delírio de uma razão clínica’ que demarca o final de uma história.

Segundo Chauí (1993, p. 75) a crise se traduz, no âmbito teórico, na crise da razão na perspectiva do descontínuo, no surgimento de micro poderes que disciplinam o social, na ênfase à diferença, alteridade, subjetividade, contingência, descontinuidade, no predomínio do privado sobre o público.

Essa fragmentária de aprender a realidade conduz ao pessimismo que constrói a crença de que é impossível qualquer mudança mais sistêmica da sociedade.

Isso se contrapõe ao que afirma Schwartzman (2013), citado no início deste trabalho ao qual discorre que o homem é passível de mudanças, devendo apenas oferecer condições e melhorias no estilo de vida principalmente no que tange à educação.

Segundo Schwartzman (2013), a melhor prova de que há espaço para mudança é graças a avanços científicos e abordagens racionais para problemas econômicos, e judiciários, a humanidade vive uma era sem precedentes, onde a longevidade cresce, cada vez mais pessoas desfrutam uma vida com mais saúde, diminuindo sua exposição aos sofrimentos. Extinguimos até chagas milenares como a escravidão

Portanto, existe a ideia de que seja possível um avanço referente ao progresso social (SCHWARTSMAN, 2013).

Mas é preciso que as políticas sociais que surgem em função das contradições da sociedade sejam capazes de proporcionar de fato melhorias concretas no modo de viver das pessoas como um todo.

Historicamente, os direitos sociais e as medidas jurídicas que consagram as políticas sociais vinculam-se também as alternativas encontradas pelo capital frente à crise de acumulação enfrentada no final dos anos 20, no século passado o que se configurou como welfare state foi também uma forma de alargar as funções econômicas e sociais do estado (OLIVEIRA, 2008, p. 109).

Oliveira (1987) traz a seguinte concepção sobre o Estado de Bem-Estar, como um espaço de lutas entre diferentes classes sociais ao qual, ocorre a construção de uma esfera pública caracterizada pela construção e reconhecimento, da alteridade do outro, do terreno indevassável de seus direitos, a partir dos quais se estruturam e se estabelecem as relações sociais entre os pares ou não.

No Brasil, até 1930, a pobreza foi considerada disfunção social ou problema de política. Quando o Estado brasileiro resolveu enfrentar institucionalmente os problemas decorrentes da questão social, o fez com medidas pontuais como, por exemplo:

- Legislação sobre acidentes de trabalho (1999);
- Caixas de aposentadorias e Pensões dos Ferroviários (1923);
- Código de menores (1926);
- Estatuto da Criança e do adolescente (1990) (OLIVEIRA, 2008).

Assim, até a constituição de 1988, uma característica da política social brasileira é o acesso a algumas medidas de proteção social apenas pela parcela da população que se encontrava formalmente no mercado de trabalho, configurando-se no que Santos, (1987) chamou de cidadania regulada. Além disso, a política social de nosso país é denominada pelo clientelismo, o que significa uma violação de direitos nem sempre percebida. E é um tipo de violência branca (OLIVEIRA; 2008).

Essas práticas; podem ocorrer, por exemplo, no transporte escolar que uma prefeitura deixa de oferecer, ou oferece precariamente a um assentamento rural cuja população não tenha votado majoritariamente no candidato vitorioso na última eleição municipal (OLIVEIRA; 2008).

O princípio da igualdade deve balizar o princípio do livre mercado, em nome da proteção da dignidade da pessoa humana. Trata-se da garantia do mínimo existencial a todos, tal como direito à saúde, à educação, e ao trabalho. Não se trata de uma luta “deles contra nós”, trata-se de entender o ser humano como o destinatário último da proteção jurídica a que se destina o Direito. Já não cabe mais argumentos revolucionários, marxistas ou gramscistas, de que “o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante medida em que se consegue criar um sistema de alianças que permite mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora” (GRAMSCI, 2001, p. 118). A Educação não deve ter como pano de fundo fins político-partidários. A verdadeira justiça social se faz garantindo-se os direitos básicos de todos, ou seja, o mínimo existencial, e, a partir daí, oportunizando-se a liberdade de iniciativa e a produção de riquezas àqueles que decidirem pela atuação no mercado competitivo, mas sempre balizando-se as regras de mercado e a competitividade com os direitos humanos, como preconizam os ditames da justiça social e a dignidade da pessoa humana.

“Um dos grandes elaboradores da perspectiva do crescimento econômico com desenvolvimento social foi o economista Amarta Sen” (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012, p. 157). Sua tese é de que o crescimento tem como referência central as variações do Produto Interno Bruto e também as atividades produtivas, especialmente industriais.

Ainda segundo Sen (2000), a privação da liberdade econômica pode acarretar uma espécie de privação da liberdade social, da mesma forma que a privação de liberdade ou política pode resultar na privação da liberdade econômica. Para ele, esse círculo vicioso somente poderá ser revertido sob a orientação do desenvolvimento como liberdade. Suas proposições demonstram que dimensão da liberdade individual devendo ser considerado o principal fim e principal meio de desenvolvimento da sociedade.

De acordo com Mota, Amaral, Peruzzo, (2012, p. 159), “quem é adepto desse novo desenvolvimento afirma que os países precisam investir na distribuição de recursos de modo a enfrentar as desigualdades agora com o foco na discussão da oportunidade”. Assim a questão é a equidade, entendida como busca de uma situação em que as oportunidades sejam

equiparadas, à ideia deve sobrepor o pensamento de que a raça, o gênero e as origens familiares sejam elementos determinantes por essa desigualdade.

Isso inclui o setor educacional. Investir em educação é fundamental quando se quer a efetivação de uma sociedade justa e igualitária, com oportunidade para todos.

5. RETROCESSOS E AVANÇOS NA EDUCAÇÃO

Nota-se que ao longo dos anos a área da Educação passa por alterações, na qual se observa que a ocorrência da descentralização do domínio público para os ideais do empresariado. Houve um investimento por parte das empresas de grande porte em relação à orientação da Educação pública, por meio de parcerias intermediadas com as organizações não governamentais (ONGs), grupos técnicos, as fundações empresariais, entre outras (LUZ, 2011). Ainda nesse sentido Luz, (2011) discorre que:

Não obstante, [...] o poder público, no contexto das reformas, priorizou a interlocução com o setor privado na formulação e na implementação das políticas educacionais e criou uma série de aparatos legais e administrativos para consolidar essa interlocução com o Estado, principalmente no que favorece as parcerias. Podemos citar como exemplos, no Brasil, a Lei n. 9.608/1998, que dispõe sobre os serviços voluntários; a Lei n. 9.637/1998, que qualifica as entidades como “pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos”, e a Lei n. 9.790/1999, que regulamenta a participação do Terceiro Setor na gestão pública. (LUZ, 2011, p. 443).

Por outro lado nota-se que essa iniciativa do poder público trouxe um agravamento no que se refere à desigualdade social, vez que, o novo cenário advindo da entrada empresarial no mercado de trabalho em solo brasileiro traz em seu bojo o novo ideário empresarial, evidenciando-se uma forte inclinação às ideologias empresariais, outro fator negativo foi a diminuição dos impostos pagos vez que investiam em instituições de cunho filantrópico caracterizando o aumento do lucro e aumento ainda mais da desigualdade entre as diferentes camadas sociais empresarial e proletariada (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

A década de 1990 época do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi marcada por novas mudanças sendo instaurada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (nº 9.394/96), e mudanças nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e também no Plano Nacional de Educação (PNE), tais mudanças ocorreram qualitativamente, ou seja, com uma medida que compreendia a mudança qualitativa da nossa Educação (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

Percebe-se que a Educação assume um novo papel, vez que, deixa de possuir função social e cultural e passa a atender os interesses particulares do mercado de trabalho na época evidenciando ainda mais as características de um sistema capitalista perverso (FRIGOTTO; 2011).

Dentre os diversos movimentos em prol da melhoria para área da educação destaca-se o apelo pelo discurso de “Educação para Todos” (ou conhecimento para todos) tal movimento enfatiza que o sistema educacional como é responsável pela transformação social (SOBRAL; SOUSA; JIMENEZ, 2009).

Na concepção de Frigotto (2010) a Educação deve ser percebida como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais e tem o poder de transformar a vidas da sociedade como um todo de forma positiva.

Como atividade humana e histórica, a educação não pode ser percebida apenas como ato educativo em mero processo de instrução e qualificação pessoal (individual) que atenda às necessidades de cada sujeito para de certa forma atender as necessidades particulares do mercado de trabalho. Antes, é preciso que a escola tenha um projeto político pedagógico pautado na formação cidadã e no desenvolvimento humano integral do aluno, devendo, inclusive, haver a participação da comunidade nesse processo, permitindo que o cidadão seja colocado como elemento ator nos debates sociais dos governos de estado e da escola (CALDART, 2011).

O mundo está globalizado, com o avanço das tecnologias, demanda mão obra qualificada nas diversas áreas do mercado de trabalho. As facilidades técnicas oferecidas por computadores possibilitam a exploração de um leque ilimitado de ações pedagógicas inclusive a educação à distância. Deve-se pensar na preparação dos profissionais para que a educação realmente dê o salto de qualidade para que incorpore aspectos da construção de conhecimento (MORAN, 2013).

Bolsas de estudo e alternativas ao vestibular facilitam a entrada em universidades.

De 2011 para 2012, 62.329 mil bolsas de estudo foram disputadas por mais de 02 milhões de inscritos. Toda essa situação pode ser melhor visualizada através de dados emitidos pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo Censo (2012) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Sinopses Educação Superior Censo (2011), podendo observar que mais de 6,7 milhões de pessoas nesses anos se matricularam em cursos universitários, demonstrando um aumento de 5,7% no intervalo de um ano como elucida o quadro a seguir:

MATRICULAS INICIAIS NO ESTADO NO ANO DE 2012 E PERCENTUAL EVOLUÇÃO ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2012

Educação Básica⁽¹⁾	Matriculas em 2012	Evolução em 2011/2012
Educação Infantil	1.852.262	5,7%
Ensino Fundamental	5.765.903	- 2,1%
Ensino Médio	1.885.107	0,7%
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	481. 900	- 5,8%
Ensino Superior⁽²⁾	Matriculas em2011	Evolução 2010/2011
	1.704.616	4,6%

1 Fonte Censo da Educação Básica, 2012 da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo;

2 Fonte do Censo do Ensino Superior 2011, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Sinopses Educação Superior(Inep/MEC).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se ao longo do texto produzido, que a na história a Educação brasileira enfrentou e enfrenta até os dias atuais lutas e desafios, retrocessos e avanços. O estudo se propôs a trazer discussões por meio da revisão da literatura objetivando melhor compreender dilemas e impasses do campo educativo bem como as implicações do capitalismo para melhor compreendermos sua profundidade.

Como se percebe vivemos na sociedade do conhecimento e dos conceitos ligados ao processo de qualificação e formação humana: qualidade total, trabalho participativo, formação flexível, abstrata e polivalente. O capital depende de trabalhadores com capacidade de abstração e de trabalho em equipe em função de novo padrão tecnológico calcado em sistemas informatizados e que procuram atender as necessidades de um mercado que está em constate transformação.

A educação deve então visar a qualidade total: formação abstrata, policognição e qualificação flexível e polivalente.

Muita coisa mudou, inclusive o Capitalismo, na perspectiva do Capitalismo Humanista, que se pauta no desenvolvimento integral do ser humano e na garantia do mínimo existencial a todos, cujo pilar é o princípio da dignidade da pessoa humana.

Há que se notar que o capitalismo, mesmo no Brasil, experimentou, nos últimos 50 anos, um imenso avanço em suas forças produtivas. O próximo passo é balizar o objetivo exclusivo do lucro a todo custo com os ditames da justiça social.

Evidencia-se o quanto ainda é necessário lutar contra a cultura hegemônica que interfere e, em certa medida, define os rumos do projeto educacional no país.

Nesse sentido, de acordo com as narrativas de autores ao longo do texto destacamos que as escolas existem e devem ser instituições responsáveis por transformar as crianças que brincam em adultos reflexivos que trabalham e têm formação adequada para contribuir efetivamente para como desenvolvimento integral da nação.

Não se trata apenas de atender às necessidades do mercado, mas sim de transformar a Educação numa ferramenta adequada de formação de agentes transformadores de uma nação livre, justa e igualitária, por meio do aprendizado e de sentimentos que lhes proporcionem significados para sua vida e não apenas para as provas que enfrentarão. Esse pode ser conquistado por meio do desenvolvimento de uma Educação que, mais do que puramente quantitativa seja essencialmente qualitativa.

Diante do acima exposto, acreditamos que este trabalho possa contribuir para a compreensão da temática aqui tratada dentro da realidade brasileira, bem como para a identificação das lacunas e desafios a serem enfrentados neste campo. Considerando-se a importância do tema esperamos que esta pesquisa possa otimizar debates e discussões, na perspectiva de aprimorar a atenção e, com isso, contribuir para melhor entendimento.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. **Educação e Batatas Fritas**. 2008. Disponível em: <http://mudandoparadigmas.blogspot.com.br/search?q=Educa%C3%A7%C3%A3o+e+batatas+fritas> Acesso em 08 janeiro 2019, p 2 - 3.

BOSCHETTI, I. et al. **Política Sociais no Capitalismo; tendências Contemporâneas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 38 - 40.

CALDART, Roseli Salete. Reforma agrária e educação. **Rev Caros Amigos** - Ed. Especial. Ano XV, n 53, junho 2011.

CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2012. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf. Acesso em: 10 de fev. 2019.

CENSO DO ENSINO SUPERIOR DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA SINOPSES EDUCAÇÃO SUPERIOR (INEP/MEC). 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

CHAUÍ, M. Vocação política e vocação científica da Universidade. GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da Exclusão**. In: FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=kqg-idtx5gEC&pg=PA115&lpg=PA115&dq=CHAU%C3%8D,+M.+Voca%C3%A7%C3%A3o+pol%C3%ADtica+e+voca%C3%A7%C3%A3o+cient%C3%ADfica+da+Universidade.&source=bl&ots=CrChRYCH8u&sig=3KWuwDdlbD1kFeFhqG5G_7nj9Ek&hl=pt-BR&sa=X&ei=ZAyQUcqsGoOm8QSShYDwBw&sqi=2&ved=0CCwQ6AEwAA#v=onepage&q=CHAU%C3%8D%2C%20M.%20Voca%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica%20e%20voca%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20da%20Universidade.&f=false. Acessado em: 01 de fevereiro de 2019.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FRIGOTTO, G. **Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional**. In: APPLE, M. W. - [et al]. GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão**. 17 ed – Petropolis. RJ. Vozes, 2010, p. 20-98.

_____. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 16, n. 46, jan./abr. 2011.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAMACHI, A. A questão meridional. Rio de Janeiro: paz e Terra, 2001 p. 97-103.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. 6ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOBBSAWAN, (1992) e Oliveira (1988). 2010 ‘‘**Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional**’’.

INSTITUTO LUDWIG VON MISES BRASIL. **Capitalismo a grande invenção da humanidade**. Disponível em: <https://mises.jusbrasil.com.br/noticias/112558173/capitalismo-a-grande-invencao-da-humanidade> . Acessado em: 15 de fevereiro de 2019.

JOSLIN, Érica Barbosa. Cooperação Internacional para a Promoção dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/5439/1/ERICA%20Barbosa%20Joslin.pdf>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2019.

LUZ, L. X. Empresas privadas e educação pública no Brasil e na Argentina. **Educ. Soc., Campinas**, v. 32, n. 115, p. 437-452, abr./jun. 2011.

MANDEL, E. O capitalismo. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/mandel/1981/mes/capitalismo.htm>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2019.

MIRANDA, G. K. **A sociedade contemporânea e a influência capitalista na educação**. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-sociedade-contemporanea-e-a-influencia-capitalista-na-educacao/92366>. Acesso em 14 de fevereiro 2019.

MORAN, J. M. **A Integração das Tecnologias na Educação**. 2013. Disponível em: http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_educacao/integracao.pdf . Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S.; PERUZZO, J. F. O novo Desenvolvimento e as Políticas Sociais na América Latina 2012. In: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimento e Construção da Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 155- 159.

OLIVEIRA, I. M. de. Cultura política, direitos e política social. In: BOSCHETTI, I. et. al. (Orgs.). **Política Social no Capitalismo. Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008 p. 109 -113.

OLIVEIRA, I. M. **Cultura política, direitos e política sócia**. In: Santos, Wanderley I”. Guilherme. **Cidadania e justiça à política social na ordem brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

OLIVEIRA, Vladimir Oliveira da. **Estudos e Debates em Direitos Humanos**. São Paulo: Conceito, 2010.

SAYEG, Ricardo Hasson. BALERA, Wagner. **O Capitalismo Humanista - Filosofia Humanista de Direito Econômico**. Petrópolis: KBR, 2011.

SAYEG, Ricardo Hasson. **Práticas Comerciais Abusivas**. São Paulo, Edipro, 1995

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWARTSMAN, H. **Esquerda, volver**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/1259383-esquerda-volver.shtml>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2019.

SOBRAL, K. M.; SOUSA, N.; JIMENEZ; S. O movimento de educação para todos e a crítica marxista: notas sobre o marco de ação de Dacar. **Rev. Eletrônica Arma da Crítica**. Ano 1, n 1, janeiro de 2009.

TABAK, B. **Brasil avança, mas é quarto país mais desigual da América Latina, diz ONU Relatório do programa ONU-Habitat traz dados sobre distribuição de renda**: Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/08/brasil-avanca-mas-e-quarto-pais-mais-desigual-da-america-latina-diz-onu.html>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2019.

TEIXEIRA, D. L. P.; SOUZA, M. C. A. F. Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo. **Rev. Adm. Empres.** vol.25 no.4 São Paulo Oct./Dec. 1985.

Artigo recebido em 04/12/2018

Artigo aceito em 20/12/2018